



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO**

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO - N.º 45/2020

RELATÓRIO FINAL

Instado a proceder a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional à realização das Eleições 2020, abrangendo os postos de Supervisor e Auxiliar Administrativo e Operacional, com atuação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, o Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação na internet, nos sites do TRE-BA e Comprasnet e no Diário Oficial da União, respectivamente.

Às 09 horas do dia 25/08/2020, o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 71/2019, procedeu à realização dos trabalhos relativos ao Pregão em epígrafe.

Após exame preliminar das propostas apresentadas, o item foi aberto para lances.

Encerrada a fase de competitiva, identificou-se que a licitante MINUTA COMUNICACAO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL apresentou a melhor oferta.

Foi aberta, então, uma tentativa de negociação para redução do preço apresentado, conforme estabelece a Seção IX do Edital 20/2020 (Da Negociação), que se mostrou frustrada, uma vez que a licitante não aceitou reduzir sua oferta, sendo a mesma aceita, tendo em vista que se encontrava dentro do estimado para a contratação.

Conforme previsto na Seção X do Edital 45/2020, foi solicitado que a licitante encaminhasse, através da opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo as planilhas de custos e formação de preços dos postos de trabalho envolvidos na contratação, conforme modelo constante do Anexo III do Edital. As planilhas foram enviados no



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

prazo estabelecido, e após análise das mesas, não foram identificamos equívocos nas rubricas apresentadas que merecessem ser corrigidas, sendo a proposta da MINUTA aceita.

Vencida a fase de aceitação, passou-se à habilitação, com a análise dos documentos juntados pela licitante para tal fim, no momento da apresentação da proposta.

Analisada a documentação, verificou-se que licitante não demonstrou possuir a qualificação técnica exigida pelo certame, por conta do não atendimento ao item 12.1.7. do Edital (comprovação de que a licitante gerencia ou gerenciou no mínimo 50% do número de postos que serão contratados), sendo, portanto, inabilitada.

Com a inabilitação da MINUTA COMUNICACAO, a INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA passou a ser a detentora da melhor oferta para o item, com o valor de R\$ 6.690.000,00.

Questionada sobre a possibilidade de redução do preço apresentado, a licitante respondeu negativamente, sendo a proposta aceita por se encontrar dentro do estimado para a contratação.

Foi solicitado, então, que a INOVA encaminhasse as planilhas de custos e formação de preços, o que foi atendido no prazo estabelecido. Analisadas, não foram identificamos equívocos no preenchimento, sendo a proposta aceita.

Examinando os documentos juntados pela licitante no momento da apresentação da proposta, para fins de habilitação, aferiu-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO**

- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93;

OBS. As declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através de apresentação de consulta ao SICAF, com validade até 06/11/2020.

Obs: Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

- Para fins de apuração da regularidade fiscal, foi apresentado:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação ativa.

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 14/09/2020.

c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 24/12/2020.

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, com validade até 01/09/2020.

e) regularidade trabalhista, com validade até 13/12/2021.

- Com relação à qualificação econômico-financeira da empresa, o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível (2019) encaminhado evidenciou os seguintes índices:

a) Índices de Liquidez Geral (LG): 2,36.

b) Liquidez Corrente (LC): 2,28.

c) Solvência Geral (SG): 2,42.

Obs: todos, portanto, superiores a 1, conforme exigência editalícia.

- O Capital Circulante Líquido apresentado foi de R\$ 5.862.624,49. Superior, portanto, R\$ 1.114.554,00 (16,66% dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento do valor da proposta da licitante).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

- Patrimônio Líquido de R\$ 6.492.440,73. Superior a R\$ 669.000,00 (10% do valor da proposta da licitante).
- Foi apresentada certidão negativa de feitos sobre falência, emitida em 03/08/2020, com validade até 03/11/2020 (90 dias).

Para fins de habilitação técnica, a licitante deveria comprovar que gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, 638 (seiscentos e trinta e oito) postos de trabalho e comprovar experiência mínima de 01 ano na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da licitação. Assim:

- Para comprovar o gerenciamento da quantidade mínima de postos exigida, foram apresentados vários atestados, dentre os quais destacamos o emitido por este TRE-BA em 28/01/2020, certificando a disponibilização de 1284 funcionários no período de 29/06/2018 a 31/12/2018;
- Para comprovar a experiência mínima de 01 ano na prestação de serviços terceirizados, foram apresentados vários atestados, dentre os quais destacamos o emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, emitido em 03/05/2018, certificando a prestação de serviços terceirizados durante 06 anos (29/03/2012 a 28/03/2018).

Foram realizadas, ainda, as seguintes consultas:

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php;
- Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO**

Obs: Nas consultas acima mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS foi declarada a vencedora do certame.

Encerrado o prazo pra registro de intenção de recursos, identificou-se que a licitante TEC NEWS EIRELI manifestou interesse em recorrer, nos seguintes termos:

“Declaramos intenção de recurso contra a empresa habilitada para o certame, pois a mesma apresenta erros nas planilhas de composição de custo e nos documentos de habilitação. Onde iremos apontar no recurso administrativo.”

Presentes os requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), a intenção foi aceita pelo pregoeiro.

Foi aberto, então, o prazo de 03 dias úteis para que a recorrente registrasse as razões do recurso, em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, a começar do término do prazo da recorrente.

Encerrado para apresentação das razões, não houve manifestação da recorrente nesse sentido.

Embora o TRE-BA adote o entendimento de que o recebimento da intenção funciona como uma espécie de recurso administrativo, no caso em epígrafe tal apreciação restou prejudicada, uma vez que não foi possível extrair algum elemento que possa ser aqui tratado como questionamento à habilitação da INOVA TECNOLOGIA, já que na sua intenção a TEC NEWS promete apresentar nas razões erros existentes na planilha e na habilitação da vencedora, de forma genérica.

Diante do exposto, tendo em vista a urgência da contratação, o pregoeiro decidiu pelo prosseguimento do processo, adjudicando o objeto à vencedora.

O preço constantes da proposta foi registrado na Ata, que foi juntada ao processo através do documento nº 1223017.

É o Relatório, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, 02 de setembro de 2020.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro